



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo U15, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Outubro/2008

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A água mineral é hoje associada ao estilo de vida saudável e ao bem-estar. As garrafinhas de água mineral já se tornaram acessórios de esportistas e, em casa, muita gente nem pensa em tomar o líquido que sai da torneira – compra água em garrafas ou galões. Nos últimos dez anos, em todo o planeta, o consumo de água mineral cresceu 145% – e passou a ocupar um lugar de destaque nas preocupações de muitos ambientalistas.

O foco não está exatamente na água, mas na embalagem. A fabricação das garrafas plásticas usadas pela maioria das marcas é um processo industrial que provoca grande quantidade de gases, agravando o efeito estufa. Ao serem descartadas, elas produzem montanhas de lixo que nem sempre é reciclado. Muitas entidades ambientalistas têm promovido campanhas de conscientização para esclarecer que, nas cidades em que a água canalizada é bem tratada, o líquido que sai das torneiras em nada se diferencia da água em garrafas. As campanhas têm dado resultado nos lugares onde há preocupação geral com o ambiente e os moradores confiam na água encanada.

Apenas nos Estados Unidos, os processos de fabricação e reciclagem das garrafas plásticas consumiram 17 milhões de barris de petróleo em 2006. Esses processos produziram 2,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono e outros gases do efeito estufa, poluição equivalente à de 455.000 carros rodando normalmente durante um ano. O dano é multiplicado por três quando se consideram as emissões provocadas por transporte e refrigeração das garrafas.

O problema comprovado e imediato causado pelas embalagens de água é o espaço que elas ocupam ao serem descartadas. Como demoram pelo menos cem anos para degradar, elas fazem com que o volume de lixo no planeta cresça exponencialmente. Quando não vão para aterros sanitários, os recipientes abandonados entopem bueiros nas cidades, sujam rios e acumulam água que pode ser foco de doenças, como a dengue. A maioria dos ambientalistas reconhece evidentemente que, nas regiões nas quais não é recomendável consumir água diretamente da torneira, quem tem poder aquisitivo para comprar água mineral precisa fazê-lo por uma questão de segurança. De acordo com relatório da ONU divulgado recentemente, 170 crianças morrem por hora no planeta devido a doenças decorrentes do consumo de água imprópria.

(Adaptado de Rafael Corrêa e Vanessa Vieira. **Veja**. 28 de novembro de 2007, p. 104-105)

1. Conclui-se corretamente do 2º parágrafo do texto que parte da solução do problema apresentado está na
- (A) interferência de ambientalistas no controle da fabricação das garrafas de plástico.
 - (B) definição do espaço onde as garrafas possam ser descartadas, evitando o entupimento de bueiros e o acúmulo de água.
 - (C) possibilidade, ainda que remota, de distribuição de água mineral em regiões onde não há água canalizada.
 - (D) substituição das embalagens plásticas, para que não restem resíduos na natureza, degradando-a.
 - (E) oferta de água canalizada de boa qualidade, para diminuir o engarrafamento de água mineral em todo o mundo.

2. O argumento que justifica a preocupação com o meio ambiente, de acordo com o texto, está na afirmativa:
- (A) *A água mineral é hoje associada ao estilo de vida saudável e ao bem-estar.*
 - (B) *Nos últimos dez anos, em todo o planeta, o consumo de água mineral cresceu 145% ...*
 - (C) *As garrafinhas de água mineral já se tornaram acessórios de esportistas ...*
 - (D) *Muitas entidades ambientalistas têm promovido campanhas de conscientização ...*
 - (E) *As campanhas têm dado resultado nos lugares onde há preocupação geral com o ambiente ...*

3. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:
- (A) *O foco não está exatamente na água, mas na embalagem.*
 - (B) *As campanhas têm dado resultado nos lugares onde há preocupação geral com o ambiente e os moradores confiam na água encanada.*
 - (C) *Apenas nos Estados Unidos, os processos de fabricação e reciclagem das garrafas plásticas consumiram 17 milhões de barris de petróleo em 2006.*
 - (D) *Como demoram pelo menos cem anos para degradar, elas fazem com que o volume de lixo no planeta cresça exponencialmente.*
 - (E) *Quando não vão para aterros sanitários, os recipientes abandonados entopem bueiros nas cidades, sujam rios e acumulam água ...*

4. ... quem tem poder aquisitivo para comprar água mineral precisa fazê-lo por uma questão de segurança. (último parágrafo)
- O segmento grifado evita a repetição, no contexto, de:
- (A) ter poder aquisitivo.
 - (B) consumir água da torneira.
 - (C) comprar água mineral.
 - (D) evitar doenças decorrentes de água não potável.
 - (E) reconhecer as regiões onde a água é imprópria.

5. ... quando se consideram as emissões provocadas por transporte e refrigeração das garrafas. (final do 3º parágrafo)
- A forma verbal de sentido equivalente à da grifada acima é:
- (A) foi considerado.
 - (B) tinham considerado.
 - (C) forem consideradas.
 - (D) deve ser considerado.
 - (E) são consideradas.

6. ... é o espaço que elas ocupam ao serem descartadas. (último parágrafo)
- O segmento grifado acima denota, no período,
- (A) tempo.
 - (B) ressalva.
 - (C) conclusão.
 - (D) condição.
 - (E) finalidade.

7. ... *poluição equivalente à de 455.000 carros rodando normalmente durante um ano.* (3ª parágrafo)

O emprego do sinal de crase no período acima pressupõe a presença de um pronome que substitui a expressão:

- (A) a carros.
- (B) a poluição.
- (C) a fabricação e reciclagem.
- (D) a gases do efeito estufa.
- (E) a toneladas de dióxido de carbono.

8. Ambos os verbos grifados estão corretamente flexionados na frase:

- (A) São várias as doenças em países não desenvolvidos que provêem do consumo de água não tratada adequadamente.
- (B) Entidades ambientalistas proporam, em diferentes países, que a população consoma apenas água canalizada.
- (C) Pesquisadores deteram-se na análise das causas das mortes de crianças em países pobres, que so-breviram em razão de água não tratada.
- (D) Ecologistas vêem sérios danos ao meio ambiente em razão dos males que advêm da fabricação de garrafas.
- (E) Uma organização de ambientalistas entreviu na execução de projetos de oferta de água tratada e os responsáveis refizeram os planos iniciais.

9. A concordância verbo-nominal está inteiramente correta na frase:

- (A) A fabricação das garrafas de água mineral despejam poluentes na atmosfera, quer dizer, gases que vai provocar o efeito estufa.
- (B) Se fossem empilhadas, as garrafas de meio litro consumido por uma pessoa durante um ano atingiria uma altura difícil de ser calculado.
- (C) Nos últimos dez anos, o aumento do consumo de água vendida em embalagens plásticas tem sido responsável pelo agravamento do efeito estufa.
- (D) A partir do século XIX, com as rodovias e a industrialização, a venda das águas se tornaram lucrativas para estâncias onde era engarrafado.
- (E) A crença nos benefícios das águas minerais remontam à Antiguidade, com o costume de utilizá-la em banhos especiais de tratamento.

10. Assinale a alternativa que identifica corretamente um **relatório**, considerando-se os padrões da redação oficial.

- (A) Modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente no mesmo nível ou em níveis diferentes. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente interna.
- (B) Documento em que se expõe à autoridade superior a execução de trabalhos concernentes a certos serviços ou a execução de serviços inerentes ao exercício do cargo em determinado período.
- (C) Tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e também em relação a particulares. É expedido por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia.
- (D) Exame apurado sobre determinado assunto, com apresentação fundamentada de solução, que tem como objetivo fornecer subsídios para a tomada de decisões.
- (E) Correspondência oficial enviada simultaneamente a diversos destinatários, com texto idêntico, transmitindo instruções, ordens, recomendações, determinando a execução de serviços ou esclarecendo o conteúdo de leis, normas e regulamentos.

Atenção: As questões de números 11 a 19 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O Brasil é um dos países mais preparados para responder aos desafios da crise gerada pela alta de preços dos alimentos. A agricultura brasileira pode produzir mais e atender à demanda crescente de comida, devida principalmente à expansão econômica de grandes países emergentes e à incorporação de grandes massas de consumidores.

A nova situação dos preços tem efeitos dramáticos nos países pobres e mais dependentes da importação de alimentos. Os problemas causados por esse encarecimento podem equivaler à perda de sete anos de programas de redução da pobreza, segundo o presidente do Banco Mundial. Também o diretor-gerente do FMI está preocupado com o risco de se perder boa parte do esforço de resgate dos mais pobres.

Ainda não se pode, a rigor, falar em escassez de comida. As cotações não dependem somente das quantidades de fato comercializadas, mas também dos estoques, que diminuíram depois de episódios de seca em algumas áreas produtoras, especialmente na Austrália. Outro fator importante, quanto à oferta, foi o aumento do uso do milho nos EUA para a produção de etanol. Quanto à procura, o grande fator tem sido o aumento da renda de milhões de trabalhadores na Ásia.

Ganhos maiores também resultam em novos hábitos, como um maior consumo de carne. Assim, a procura de alimentos de origem animal cresceu naqueles países e criou um desafio para os produtores e também para os plantadores de soja e de cereais usados na fabricação de rações. Os problemas no momento resultam essencialmente do aumento muito veloz dos preços. Boa parte da população africana e das áreas mais pobres da Ásia não ganha o suficiente para suportar um grande aumento de gastos com alimentação.

No lado oposto estão os países com maior capacidade de produzir alimentos. Enquanto muitos países importadores enfrentam o agravamento das condições sociais e perdas na balança comercial, os exportadores têm obtido ganhos comerciais significativos. Não estão livres das pressões inflacionárias originadas no mercado internacional, mas têm melhores condições para se ajustar às novas conjunturas. O Brasil é um desses países.

Há muito espaço para maiores investimentos na produção agrícola. Para o Brasil, trata-se de aperfeiçoar políticas que têm dado certo. Mas será preciso, também, contribuir para que os países pobres, especialmente os da África, possam explorar sua potencialidade agrícola. O Brasil tem uma respeitável experiência na área da pesquisa agropecuária e pode partilhá-la com outros países.

(O Estado de S. Paulo, A3, 12 de abril de 2008, com adaptações)

<p>11. De acordo com o texto, a explicação para a alta dos preços dos alimentos está, principalmente,</p> <p>(A) no aumento descontrolado da população mundial, que dá origem à escassez de alimentos, produzidos em quantidade insuficiente para todos.</p> <p>(B) no agravamento das condições sociais em muitos países, fato que impede a população mais pobre de ter acesso aos produtos comercializados.</p> <p>(C) na relação, em vários países, entre a oferta na comercialização dos produtos e a demanda, cada vez maior, desses mesmos produtos.</p> <p>(D) na atitude anticomercial dos EUA na destinação do milho para a produção de etanol, em vez de oferecer o produto no mercado internacional.</p> <p>(E) no encadeamento de fatores políticos, no mundo todo, em países que comercializam seus produtos em busca de lucros cada vez maiores.</p>	<p>14. Uma das razões que justificam a <i>incorporação de grandes massas de consumidores</i> está</p> <p>(A) no aumento da renda de imenso número de trabalhadores asiáticos.</p> <p>(B) no número maior de países em condições de produzir alimentos.</p> <p>(C) nos ganhos comerciais significativos na exportação de alimentos.</p> <p>(D) no agravamento das condições sociais em países importadores.</p> <p>(E) na instabilidade generalizada da balança comercial em alguns países.</p>
<p>12. A frase que resume corretamente o sentido do 2º parágrafo é:</p> <p>(A) Condições sociais de países pobres comprometem oferta de alimentos.</p> <p>(B) Ações do Banco Mundial com o resgate da pobreza estão relacionadas ao oferecimento de alimentação.</p> <p>(C) Demanda crescente por alimentos diferenciados atesta resultados no combate à pobreza.</p> <p>(D) Encarecimento de comida está na contramão do combate à pobreza.</p> <p>(E) Populações de países pobres serão beneficiadas com o encarecimento dos alimentos.</p>	<p>15. ... e criou <u>um desafio</u> para os produtores ... (4º parágrafo)</p> <p>Pressupõe-se que o desafio criado está em escolher entre</p> <p>(A) exportar maiores quantidades de carne, com valor garantido no mercado, ou investir no plantio de produtos tão valorizados quanto a carne dos animais.</p> <p>(B) criar animais, para garantir maior oferta de carne no mercado, ou produzir cereais, especialmente o milho, para suprir o promissor mercado de etanol.</p> <p>(C) fabricar ração para os animais, garantindo a oferta de carne, ou simplesmente vender os produtos diretamente no mercado internacional.</p> <p>(D) optar pelos lucros imediatos devido ao aumento veloz dos preços ou investir no plantio, de longo prazo, de soja e de cereais.</p> <p>(E) exportar a maior quantidade possível de grãos, como a soja, aceitos no mercado, ou importar alimentos em falta no mercado interno.</p>
<p>13. Considere as afirmativas seguintes:</p> <p>I. A crise atual de oferta de alimentos decorre de fatores diversos, dentre eles o aumento do consumo em alguns países e a produção de etanol nos EUA.</p> <p>II. O rápido encarecimento de preços dos alimentos é geral e atinge mais fortemente os países de população mais pobre, sem condições de arcar com esses custos.</p> <p>III. A ampliação do número de consumidores e novos hábitos alimentares contribuem para a atual escassez de alimentos em todo o mundo, por exemplo, nos EUA.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II, somente.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) II e III, somente.</p> <p>(D) I e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>16. Assim, a procura de alimentos de origem animal cresceu naqueles países e criou um desafio para os produtores e também para os plantadores de soja e de cereais usados na fabricação de rações. (4º parágrafo)</p> <p>Está INCORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) Trata-se de um período composto por três orações coordenadas entre si.</p> <p>(B) Há um só sujeito comum para os verbos <i>cresceu</i> e <i>criou</i>.</p> <p>(C) A expressão <i>naqueles países</i> refere-se aos <i>grandes países emergentes</i>, citados no 1º parágrafo.</p> <p>(D) A oração <i>usados na fabricação de rações</i> tem sentido equivalente a "que se usam na fabricação de rações".</p> <p>(E) Os substantivos <i>procura</i> e <i>fabricação</i> exigem complementos nominais que são, respectivamente, <i>de alimentos de origem animal</i> e <i>de rações</i>.</p> <p>17. ... e pode partilhá-la com outros países. (final do texto)</p> <p>A forma pronominal grifada acima evita a repetição, no contexto, da expressão:</p> <p>(A) uma respeitável experiência.</p> <p>(B) a produção agrícola.</p> <p>(C) sua potencialidade agrícola.</p> <p>(D) a área da pesquisa agropecuária.</p> <p>(E) a procura de alimentos.</p>

18. *As cotações não dependem somente das quantidades de fato comercializadas, mas também dos estoques ...* (3º parágrafo)

A afirmativa acima está corretamente reproduzida, com outras palavras, sem alteração do sentido original, em:

- (A) As cotações não estão dependendo somente das quantidades existentes para serem comercializadas, nem também dos estoques ...
- (B) As quantidades existentes para serem comercializadas dependem das cotações, assim como os estoques ...
- (C) Tanto as cotações quanto os estoques estão dependentes das quantidades existentes para serem comercializadas ...
- (D) As cotações estão relacionadas tanto com as quantidades existentes para serem comercializadas, quanto com os estoques ...
- (E) As cotações estão relacionadas nem tanto com as quantidades existentes para ser comercializadas, como nos estoques ...

19. *Ganhos maiores também resultam em novos hábitos ...* (início do 4º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está na frase:

- (A) *A agricultura brasileira pode produzir mais ...*
- (B) *... que diminuíram depois de episódios de seca ...*
- (C) *... foi o aumento do uso do milho nos EUA para a produção de etanol.*
- (D) *... os exportadores têm obtido ganhos comerciais significativos.*
- (E) *... para se ajustar às novas conjunturas.*

20. O Diretor de uma escola precisa de alimentos para oferecer merenda aos alunos. Diante de tal situação, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Deve ser encaminhado um ofício com todas as informações necessárias ao Superior Imediato, para as providências cabíveis.
- (B) O documento deverá conter data, tipo e número de expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.
- (C) O fecho deverá conter a fórmula **Atenciosamente**.
- (D) O endereçamento correto deverá ser: **A Sua Senhoria Senhor Fulano de Tal**, seguido do cargo e do endereço.
- (E) Como os pronomes de tratamento obrigatórios nesse tipo de correspondência são os de 2ª pessoa, os verbos também deverão estar na 2ª pessoa do plural, como manifestação de respeito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

21. Quanto aos Princípios Fundamentais, considere:

- I. A República Federativa do Brasil, formada pela união dissolúvel dos Estados e dos Municípios, constitui-se em Estado Democrático de Direito.
- II. São Poderes da União, dependentes entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- III. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.
- IV. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está INCORRETO o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

22. Com relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é correto afirmar que a lei NÃO adotarà a pena de

- (A) multa.
- (B) perda de bens.
- (C) banimento.
- (D) prestação social alternativa.
- (E) suspensão ou interdição de direitos.

23. No que concerne aos Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que o trabalhador urbano e rural tem direito a

- (A) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (B) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (D) assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 3 (três) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

24. No que tange ao Poder Executivo, é correto afirmar que compete ao Ministro de Estado

- (A) decretar e executar a intervenção federal.
- (B) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- (C) expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- (D) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- (E) nomear o Advogado-Geral da União.

25. No que diz respeito ao Poder Legislativo, NÃO perderá o mandato Deputado ou Senador que

- (A) deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- (B) for licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.
- (C) for proprietário, controlador ou diretor de empresa, desde a posse, que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (D) firmar ou manter, desde a expedição do diploma, contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (E) abusar das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou auferir vantagem indevida.

26. Quanto ao Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça é composto por quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, sendo

- (A) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- (B) três juízes do trabalho, indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) dois membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República.
- (D) dois membros do Ministério Público estadual, escolhidos pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.
- (E) três juízes federais, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.

27. No que toca às funções essenciais à justiça, a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, é função institucional

- (A) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) da Advocacia-Geral da União.
- (C) da Defensoria Pública.
- (D) do Ministério Público.
- (E) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Noções de Direito Administrativo

28. Sobre o conceito de ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) Mesmo quando o Estado pratica ato jurídico regulado pelo direito Civil ou Comercial, ele pratica ato administrativo.
- (B) Ato administrativo é a realização material da Administração em cumprimento de alguma decisão administrativa.
- (C) O ato administrativo é sempre bilateral.
- (D) O ato administrativo pode pertencer ao direito público ou ao direito privado.
- (E) É considerado ato administrativo aquele praticado por entidade de direito privado no exercício de função delegada do Poder Público e em razão dela.

29. Quanto à liberdade que o administrador tem na prática dos atos administrativos, considere:

- I. Ato em que a lei estabelece todos os requisitos e as condições de sua realização, sem deixar qualquer margem de liberdade para o administrador.
- II. Ato que o administrador pode praticar com certa liberdade de escolha quanto à conveniência e oportunidade.

Esses conceitos referem-se, respectivamente, ao ato administrativo

- (A) vinculado e de império.
- (B) de império e de gestão.
- (C) discricionário e de gestão.
- (D) vinculado e discricionário.
- (E) de gestão e de expediente.

30. Estando o servidor, na data da publicação do ato de provimento, afastado por motivo de férias, o prazo para a posse será contado

- (A) do término das férias.
- (B) do início das férias.
- (C) do início das férias, descontado o tempo decorrido desta.
- (D) do término das férias, porém reduzido pela metade.
- (E) do quinto dia do mês subsequente ao do término das férias.

<p>31. De acordo com a Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, os prazos para o funcionário público nomeado para cargo efetivo tomar posse e entrar em exercício são, respectivamente, de</p> <p>(A) 10 e 15 dias. (B) 30 e 15 dias. (C) 15 e 60 dias. (D) 30 e 30 dias. (E) 30 e 60 dias.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito do Trabalho</p> <p>35. Os “turmeiros” ou “gatos” que agenciam o trabalho do “bóia-fria”</p> <p>(A) não estabelecem com ele vínculo empregatício, não sendo equiparados a empregador. (B) estabelecem com ele vínculo empregatício em razão da subordinação jurídica existente. (C) estabelecem com ele vínculo empregatício em razão da subordinação econômica existente. (D) estabelecem com ele vínculo empregatício, sendo equiparados a empregador na forma da Consolidação das Leis do Trabalho. (E) estabelecem com ele vínculo empregatício uma vez que suportam o risco do negócio em razão da capacidade econômico-financeira existente.</p>
<p>32. Sobre as férias a que faz jus o servidor público, nos termos da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até dois dias antes do início do respectivo período. (B) O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida a acumulação. (C) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 meses de exercício. (D) Em caso de parcelamento das férias, o servidor receberá o adicional de férias quando da utilização do primeiro período. (E) É permitido descontar do período de férias as faltas ao serviço que o servidor teve durante o período aquisitivo.</p>	
<p>33. Nos termos da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, da decisão que indefere requerimento do servidor cabe</p> <p>(A) recurso para a mesma autoridade que proferiu a primeira decisão. (B) pedido de reconsideração para o superior da autoridade que proferiu a primeira decisão. (C) pedido de reconsideração para a autoridade que proferiu a primeira decisão. (D) recurso para o superior imediato da autoridade que proferiu a primeira decisão. (E) recurso para o Presidente da República.</p>	<p>36. Após a edição da Constituição de Federal de 1988, a contratação irregular de trabalhador, por meio de empresa interposta,</p> <p>(A) gera vínculo de emprego apenas com os órgãos da Administração Pública indireta ou fundacional. (B) gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional. (C) gera vínculo de emprego apenas com os órgãos da Administração Pública direta. (D) gera vínculo de emprego apenas com os órgãos da Administração Pública indireta. (E) não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.</p>
<p>34. Com referência à responsabilidade do servidor, de acordo com a Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, é correto afirmar:</p> <p>(A) Mesmo que o servidor seja absolvido em processo criminal por decisão que negue a existência do fato, o servidor responderá administrativamente. (B) O servidor demitido em processo administrativo pela prática de ato irregular no exercício do cargo, não responderá civilmente pelo mesmo ato. (C) A responsabilidade penal abrange apenas os crimes imputados ao servidor, nessa qualidade. (D) A obrigação de reparar o dano causado ao erário ou a terceiros estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida. (E) Se o terceiro prejudicado for ressarcido pelo Poder Público em regular ação judicial, o servidor não responderá pelo dano a ele causado.</p>	<p>37. Mariana, Janaina e Dora são empregadas da empresa MAR, exercendo, ambas, a função de auxiliar administrativo. Ontem Mariana contrariou ordens gerais da empresa constantes no regulamento interno e fumou cigarros no ambiente de trabalho; Janaina contrariou ordem específica de seu superior hierárquico, deixando de elaborar os relatórios administrativos que lhe foram solicitados, e Dora utilizou o telefone da empresa para efetuar ligações para o “disque-sexo”. Nestes casos, Mariana, Janaina e Dora praticaram, respectivamente, atos de</p> <p>(A) indisciplina, insubordinação e incontinência de conduta. (B) insubordinação, insubordinação e incontinência de conduta. (C) indisciplina, indisciplina e incontinência de conduta. (D) desídia, insubordinação e indisciplina. (E) desídia, indisciplina e incontinência de conduta.</p>

<p>38. No trabalho com produtos perecíveis que devem ser acondicionados em refrigeradores e não podem ser interrompidos sob pena da deterioração do produto, a empresa</p> <p>(A) só poderá prorrogar a jornada de trabalho do empregado com expressa autorização do Ministério Público do Trabalho, devendo remunerar o adicional devido.</p> <p>(B) poderá prorrogar a jornada de trabalho do empregado desde que conste em acordo individual, acordo ou convenção coletiva, devendo remunerar o adicional devido.</p> <p>(C) poderá prorrogar a jornada de trabalho do empregado desde que conste em acordo individual, acordo ou convenção coletiva, sendo dispensada a remuneração do adicional devido.</p> <p>(D) não poderá prorrogar a jornada de trabalho do empregado por expressa vedação legal em razão da natureza da atividade desenvolvida e da preservação da saúde do obreiro.</p> <p>(E) poderá prorrogar a jornada de trabalho do empregado independentemente de acordo individual, acordo ou convenção coletiva, devendo remunerar o adicional devido.</p>	<p>41. Considere:</p> <p>I. Veículo fornecido ao empregado pelo serviço desenvolvido, utilizado inclusive nos fins de semana e período de férias, como economia salarial do laborista.</p> <p>II. Vestuários fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.</p> <p>III. Educação, em estabelecimento de ensino de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.</p> <p>IV. Assistência médica e hospitalar, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.</p> <p>NÃO são considerados salário <i>in natura</i> as utilidades fornecidas pelo empregador indicadas APENAS em</p> <p>(A) II e IV. (B) I e III. (C) I, II e III. (D) II, III e IV. (E) I e IV.</p>
<p>39. Considere as assertivas abaixo a respeito do salário-família:</p> <p>I. O salário família não é devido aos trabalhadores avulsos por não se enquadrarem na condição de empregados.</p> <p>II. O salário-família é devido por quotas de modo que o empregado receba tantas quotas quantas sejam os filhos, enteados ou tutelados.</p> <p>III. Para ter direito ao salário-família é necessário que o filho do empregado seja menor de 16 anos ou inválido de qualquer idade.</p> <p>IV. Na hipótese de marido e mulher serem empregados e possuírem mais de um contrato de trabalho, ser-lhes-ão devidas tantas quotas quantos forem os contratos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) II e IV. (C) I e III. (D) II, III e IV. (E) I e IV.</p>	<p>42. O aviso prévio</p> <p>(A) somente indenizado integrará o tempo de serviço do empregado.</p> <p>(B) somente trabalhado integrará o tempo de serviço do empregado.</p> <p>(C) trabalhado ou indenizado integrará sempre o tempo de serviço do empregado.</p> <p>(D) trabalhado ou indenizado integrará em determinadas hipóteses previamente previstas em lei o tempo de serviço do empregado.</p> <p>(E) não integrará, em qualquer hipótese, o tempo de serviço do empregado, por expressa determinação legal.</p> <p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual do Trabalho</p> <p>43. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente</p> <p>(A) do respectivo Tribunal Regional do Trabalho. (B) da República. (C) do Tribunal Superior do Trabalho. (D) do Supremo Tribunal Federal. (E) do Senado Federal.</p>
<p>40. A empresa SOL necessita contratar empregado para a execução de serviço específico, ou seja, técnico especializado na implantação de equipamento altamente sofisticado. Nesse caso, a empresa</p> <p>(A) poderá elaborar um contrato individual de trabalho com prazo determinado, desde que pelo prazo máximo de dois anos, sendo vedada qualquer prorrogação contratual dentro deste período.</p> <p>(B) poderá elaborar um contrato individual de trabalho com prazo determinado, desde que pelo prazo máximo de um ano, permitida uma única prorrogação contratual dentro deste período.</p> <p>(C) poderá elaborar um contrato individual de trabalho com prazo determinado, desde que pelo prazo máximo de dois anos, permitida uma única prorrogação contratual dentro deste período.</p> <p>(D) poderá elaborar um contrato individual de trabalho com prazo determinado, desde que pelo prazo máximo de um ano, permitida no máximo duas prorrogações contratuais dentro deste período.</p> <p>(E) não poderá elaborar um contrato individual de trabalho com prazo determinado por expressa vedação legal, caracterizando típica contratação de empregado por prazo indeterminado.</p>	<p>44. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário</p> <p>(A) será distribuído de imediato ao Procurador do Trabalho designado, que terá o prazo de dez dias para encaminhá-lo ao relator, com a emissão de parecer escrito.</p> <p>(B) será distribuído de imediato ao relator designado, que deverá encaminhá-lo para o revisor no prazo máximo de 15 dias contados da distribuição.</p> <p>(C) terá parecer escrito do representante do Ministério Público, que deverá apresentá-lo no prazo máximo de dez dias contados do recebimento do processo.</p> <p>(D) será distribuído de imediato ao relator designado, que deverá liberá-lo para pauta de julgamento no máximo em 30 dias contados da distribuição.</p> <p>(E) terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente.</p>

<p>45. Dentre integrantes do Ministério Público do Trabalho, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, o Procurador-Geral do Trabalho será nomeado pelo</p> <p>(A) Procurador-Geral da República, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.</p> <p>(B) Presidente da República, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.</p> <p>(C) Procurador-Geral da República, para um mandato de três anos, vedada a recondução.</p> <p>(D) Presidente da República, para um mandato de três anos, vedada a recondução.</p> <p>(E) Presidente do Supremo Tribunal Federal, para um mandato de três anos, permitida uma recondução.</p>	<p>48. Marta ingressou com reclamação trabalhista em face da empresa G, fornecendo à causa o valor de R\$ 30.000,00. Em audiência, as partes se compuseram amigavelmente e a empresa G se obrigou a efetuar o pagamento de R\$ 15.000,00 à vista para Marta. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que a totalidade do acordo refere-se a verbas com natureza salariais, as custas processuais incidirão à base de 2% sobre</p> <p>(A) R\$ 15.000,00, sendo que, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.</p> <p>(B) R\$ 15.000,00, sendo que, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá à empresa reclamada.</p> <p>(C) R\$ 15.000,00, sendo que, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá à empregada reclamante.</p> <p>(D) R\$ 30.000,00, sendo que, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.</p> <p>(E) R\$ 30.000,00, sendo que, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá à empresa reclamada.</p>
<p>46. A empresa X recebeu notificação de reclamação trabalhista proposta por sua ex-empregada Dora, postulando diversas verbas de natureza trabalhista. Tendo em vista que a empresa X pretende requerer a compensação de adiantamento de salários pagos para Maria, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que tal empresa</p> <p>(A) poderá requerer a compensação, mas deverá fazê-lo, após a audiência de instrução e julgamento, em razões finais, havendo expresse dispositivo legal neste sentido.</p> <p>(B) não poderá requerer a compensação, sendo vedada qualquer tipo de compensação de valores em razão da natureza alimentar do crédito trabalhista.</p> <p>(C) poderá requerer a compensação, mas deverá fazê-lo até o trânsito em julgado da reclamação, sob pena de preclusão.</p> <p>(D) poderá requerer a compensação, mas deverá fazê-lo em contestação, uma vez que a compensação só pode ser argüida com a contestação.</p> <p>(E) poderá requerer a compensação, mas deverá fazê-lo obrigatoriamente na execução, onde os valores, se deferidos, serão efetivamente compensados.</p>	<p>49. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, da decisão interlocutória proferida por magistrado em exceção de suspeição</p> <p>(A) caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho competente no prazo de oito dias.</p> <p>(B) não caberá recurso, cabendo exame apenas no recurso que couber da decisão final.</p> <p>(C) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de oito dias.</p> <p>(D) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Regional do Trabalho competente no prazo de dez dias.</p> <p>(E) caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho competente no prazo de dez dias.</p>
<p>47. A empresa W foi intimada de decisão de magistrado na execução de sentença proferida na reclamação trabalhista promovida por José, seu ex-empregado. Neste caso, a empresa W terá</p> <p>(A) dez dias para interpor Agravo de Instrumento, sendo que os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(B) oito dias para interpor Agravo de Petição, sendo que os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(C) oito dias para interpor Recurso Ordinário, sendo que os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(D) dez dias para interpor Agravo de Instrumento, sendo que os prazos processuais contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.</p> <p>(E) oito dias para interpor Agravo de Petição, sendo que os prazos processuais contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.</p>	<p>50. Considere as assertivas abaixo a respeito do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho:</p> <p>I. Os dissídios individuais, cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.</p> <p>II. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.</p> <p>III. Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, com a interrupção obrigatória da audiência por no máximo dez minutos.</p> <p>IV. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>

